

O DESPERTAR DO RECIFE NO BRASIL HOLANDÊS

Janderson Clayton Farias Machado

Graduado em História - Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB), *campus* Volta Redonda/RJ

RESUMO: No século XVII, após a invasão holandesa em Pernambuco e a fixação de um governo chefiado por Maurício de Nassau, o Recife viveu uma transformação estrutural e social, constituindo-se em um grande centro político, econômico e cultural na América Portuguesa. Este artigo abordará como se deu este processo de desenvolvimento experimentado pela capital de Pernambuco e sede administrativa do Brasil Holandês, e de que forma a administração de Nassau deixou sua marca na história de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Maurício de Nassau, Recife, desenvolvimento urbano.

ABSTRACT: In century XVII, after the dutch invasion in Pernambuco and the setting of a government commanded for Mauricio de Nassau, Recife lived a structural and social transformation, consisting in a great center politician, economic and cultural in Portuguese America. This article will show as if it gave this process of development tried for the capital of Pernambuco and administrative headquarters of Brazilian Dutch , and of that she forms the Nassau administration left its mark in the history of Pernambuco.

KEY-WORDS: Maurício de Nassau, Recife, urban development.

O que era a cidade do Recife, antes da chegada de Maurício de Nassau? Apenas sombra da então mais importante cidade de Pernambuco, Olinda. “*Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da Vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado arrecife dos navios*” (GESTEIRA, 2004: 6). Vale ressaltar que a importância do Recife perante Olinda, não só se deu com a chegada dos holandeses como também, “*é importante dizer que, após o incêndio de Olinda, em 1631, o Recife deixa de ser*

apenas um porto e torna-se o centro político do governo holandês no Brasil. Torna-se a cidade Maurícia, ou Mauritsstad' (PONTUAL, 2002).

A partir do início da colonização portuguesa¹, o litoral atlântico da América do Sul não foi mais do que um grande exportador de matérias primas para as nações européias, em especial Portugal. O produto inicial foi o pau-brasil, mas quem dominou todo esse ciclo foi sem dúvida a cana-de-açúcar. Através dela e a riqueza que a mesma gerava, tornou a América Portuguesa, território disputado pelos estados europeus. No início do século XVII, a região de Pernambuco era uma grande produtora de cana, com imensas fazendas monocultoras² e grandes engenhos que produziam para exportação o açúcar, produto muito popular ao norte do Equador.

Os holandeses, que a pouco haviam conquistado a independência, após travarem uma guerra com a Espanha, tinham uma companhia de comércio, a Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, que fazia o transporte do açúcar até a Europa, viram-se interessados em não apenas transportar, mas sim, ser dona de todo o processo, desde a plantação, até a venda final do produto. Os holandeses articulavam para o enfraquecimento de seu maior rival, os espanhóis:

Cedo, compreendeu-se, na Bolsa de Amsterdã, tanto quanto nos Estados Gerais de Haia, que, para terem uma independência estável, não deveriam os holandeses se limitar a salvar seis lares. Era necessário, atingir o inimigo mais profundamente, privá-lo das próprias fontes que lhe forneciam os meios de manter a longa guerra (LIMA, 2000:70).

Através de cartas interceptadas os holandeses ficaram sabendo da produção em Pernambuco e também, do despreparo português caso, houvesse um possível ataque:

a decisão de atacar Pernambuco foi fácil visto que os holandeses estavam bem informados sobre as condições em que se encontrava aquela capitania. Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento que a milícia local não excedia 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também

¹ O contexto de colonização aplicado aqui, "está intimamente associado a *cultivar e ocupar* uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço" Ou seja, "colonizar, significa ocupar um novo chão, trazer a memória da terra antiga (o culto) e transmitir práticas e significados às novas gerações (a cultura)" (SILVA, 2006:67).

² Essas grandes propriedades são marcas da forma de distribuição de terras por Portugal. "A distribuição de terras foi feita conforme a tradição povoadora de Portugal, consolidada por Dom Fernando I, em 1375, na Lei das Sesmarias, um típico instrumento criado para enfrentar a crise do século XVI e que serviu, e bem, para a ocupação das ilhas Atlânticas, e para a colonização do Brasil" (LINHARES, 1990:88).

sabendo que as três capitânicas do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cerca de 700.000 arrobas em média nos anos bons (BOXER, 1961: 45).

É importante frisar, que o interesse holandês não se via apenas nos produtos tropicais que o Brasil poderia proporcionar, mas também a localização geográfica da região, como a porta de saída para as riquezas vindas da América Espanhola:

os defensores da iniciativa aduziam estas razões: que as costas do Brasil estavam abertas e sem proteção contra o inimigo externo; que, apartadas das outras terras e atemorizadas com a fama dos nossos guerreiros, poderiam devastar-se com a improvisa chegada de nossas armadas; que as naus do rei, conduzindo no Pacífico os tesouros do Peru, bem como as da Nova Espanha e da Terra Firme, seriam do primeiro que delas se apoderasse (BARLÉU, 2005:30).

Portanto, não tardou e os holandeses estudaram e prepararam o ataque a Pernambuco, que foi levado a cabo, porém não pôde ser executado imediatamente, pois os holandeses se viram obrigados a combater os espanhóis em Veluwe (Países Baixos), o que fez com que os portugueses pudessem se armar e aguardar a chegada dos corsários holandeses na costa de Pernambuco.

Mesmo com todo o tempo que teve para se proteger, os portugueses não obtiveram sucesso e em dois ataques simultâneos, os holandeses, iniciaram a ocupação de Pernambuco, invadindo e destruindo a cidade de Olinda:

ao cair à tarde de 16 de fevereiro estavam os holandeses senhores de Olinda. Compreendendo que a queda de Recife se mostrava inevitável, visto como a maioria de seu pessoal não obedecia ao comando, às primeiras horas do dia 17 de fevereiro ateava Matias de Albuquerque fogo em todos os navios e armazéns de açúcar existentes no porto. Os fortes de Recife, além de toda expectativa, conseguiram resistir durante uma quinzena; mas a 3 de março toda resistência cessou, celebrando os holandeses com uma ação de graças à captura de Olinda, Recife e da vizinha ilha de Antônio Vaz (BOXER, 1961: 55).

Apesar da conquista rápida sobre os portugueses, os holandeses tiveram dificuldades em administrar essa importante vitória, e não conseguiam transpor estas duas cidades e avançar para o interior, devido a forma com que os portugueses conduziam a batalha e com isso prolongaram a guerra. A essa dificuldade encontrada pelos holandeses em penetrar no interior de Pernambuco, pode ser explicada pelo diferente modo da colonização portuguesa e holandesa, como descreve Sergio Buarque de Holanda:

exatamente o oposto irá ocorrer na campanha de restauração de Pernambuco, em 1645, quando o interior foi rapidamente reconquistado pelos luso-brasileiros mas as cidades resistiram por nove anos. Sérgio Buarque de Holanda, ao fazer essa observação, salienta o fato como demonstração do caráter nitidamente rural da colonização portuguesa, em oposição ao cunho urbano da civilização holandesa (HOLANDA, 2007: 263).

A somar a isso tudo, tanto Portugal (em união com a Espanha, formando a União Ibérica) que passava por dificuldades financeiras e a Holanda, que não investia em seu exército em Pernambuco, se viram estagnadas a não poderem avançar um contra o outro, tendo seus exércitos precárias condições de continuar a batalhar. Mesmo com toda essa dificuldade, os holandeses não estavam nada satisfeitos com as posições conquistadas no Brasil.

Por conseqüência, ficaram os diretores muito contrariados ao saber que, em vez de terem conquistado toda a capitania de Pernambuco, estavam os holandeses encurralados em Olinda e Recife, onde apenas podiam jactar-se de haver feito a ocupação de dois montões de areia e pedras (BOXER, 1961: 64).

Foi com a ajuda de um mulato português, Domingos de Calabar, que os avanços holandeses começaram a ser colocados em prática. Em poucos meses, incursões a Paraíba e ao Rio Grande do Norte, fizeram com que os portugueses se afastassem cada vez mais de Pernambuco. Os portugueses estavam desesperados, pois, os holandeses tinham nas mãos toda a faixa costeira, desde o Rio Grande do Norte até o cabo de Santo Agostinho, ficando impossível abastecer os soldados lusos pelo mar.

Aos colonos portugueses proprietários de plantações e demais moradores de Pernambuco, eram feitas concessões por parte dos holandeses, para que estes reconhecessem o novo governo, criando-se assim uma relação de poder conforme define Max Webber:

Podemos aqui expressar uma relação de poder. “Para Max Weber, o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores, quando o primeiro tem a capacidade de forçar o segundo a fazer que este não faria voluntariamente e que só o faz conforme sugestões e determinações do primeiro. A relação de poder, todavia, não gera necessariamente conflito, podendo haver negociação entre as partes. Essas relações de poder mostram-se em todo lugar, em todo o corpo social, segundo Michel Foucault (SILVA, 2006: 335).

No tocante a essas concessões, uma das que mais chama a atenção e a garanta não apenas liberdade de consciência, mas também liberdade de culto:

havia os holandeses lançado um manifesto “aos proprietários das plantações e aos moradores de Pernambuco”, mostrando-lhes o insustentável de suas posições, e prometendo-lhes (entre outras coisas), respeito à propriedade, liberdade de consciência e redução dos impostos que sobre eles pesavam (BOXER, 1961: 75).

Em meio a esse cenário de guerra, que se desenrolava em Pernambuco, os holandeses, já cientes de que o território estava sob seu domínio, iniciaram o seu modelo colonização e domínio na América que visava “*uma exploração contínua e sistemática da terra, com a apropriação do espaço pela metrópole e com a formação de território colonial. Não seria assim uma relação baseada no comércio, mas no controle*” (SILVA, 2006:68), e para isso, resolveram nomear para o local um governador, comandante geral. O conselho dos Heeren XIX escolheu Johan Mauritis, conde de Nassau-Siegen, para ocupar o cargo:

João Maurício de Nassau, descendente da linha Otoniana da Casa de Nassau, nasceu no ano de 1604, em Dillenburg na Alemanha. Aos dezesseis anos se alistou no exército holandês a fim de combater pela causa protestante, tendo se distinguido em muitas batalhas. A 4 de agosto de 1636, João Maurício compareceu perante o Conselho dos XIX na cidade de Haia e aceitou sua indicação por nove anos como Governador-Geral do Brasil-Holandês e chefe das operações militares no Brasil (WIZNITZER, 1966: 53).

Ao chegar ao Brasil, o Conde de Nassau enfrentou os portugueses em Porto Calvo, fazendo com que estes recuassem até a margem direita do rio São Francisco para a região onde hoje se situa o estado de Alagoas. Durante a sua estada no Brasil, ampliou o domínio holandês, fazendo com que o Brasil Holandês, obtivesse a sua maior expansão, compreendendo as capitanias do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Após essas vitórias contra os portugueses e a ampliação do território do Brasil Holandês, João Maurício de Nassau, viu a necessidade de criar um centro administrativo para gerir o comando das novas terras holandesas. “*Por motivos de segurança, João Maurício estabeleceu seu quartel-general na despovoada ilha de Antônio Vaz.*” (WIZNITZER, 1966: 54). Esta ilha, situada entre os rios Capibaribe e Beberibe, ficava em uma posição estratégica e foi o primeiro marco na administração de Nassau, no âmbito da fixação do Recife, como principal centro administrativo de Pernambuco. Assim, tornou-se conhecida a ilha de Antônio Vaz, a cidade Maurícia (Mauritsstad):

repartida em ruas, praças e canais, como as cidades, com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias, já tem habitantes. Foi-lhe dado o nome de Mauriciópole pela pública autoridade do Supremo Conselho, dos escultetos e dos escabinos (BARLEU, 2005:180).

Foi na ilha que Nassau começara construir a sua cidade, erguendo-se dois palácios que serviram para sua residência, o palácio de Boa Vista e o Palácio de Friburgo ou Vrijburg:

dentro dos limites da Cidade Maurícia foi construído o Palácio Vrijburg, aonde Nassau fixou residência. A construção era rodeada por um jardim, ocupado por plantas e animais, o Jardim do Conde. O palácio era também o local de onde Nassau governava; ali ele despachava, recebia seus colaboradores e amigos, como frei Manuel Calado (GESTEIRA, 2004: 9).

Durante o período em que esteve à frente do comando geral do Brasil Holandês, Nassau, um admirador da fauna e flora brasileira, fez construir um Jardim Botânico e um Zoológico ao lado do palácio de Vrijburg, onde se verificava uma grande diversidade de animais e plantas, muitas das vezes estudados e catalogados, sendo enviados para a Europa. Através das plantações que se faziam no jardim, pode-se manter abastecida a cidade do Recife, no período em que esta esteve bloqueada pelas guerras:

a significativa diversidade de espécies ligava-se ao próprio fornecimento de frutos aos cidadãos durante os períodos de escassez. O abastecimento da cidade poderia ficar comprometido caso ocorresse uma guerra – o que era freqüente – entre os neerlandeses, moradores da cidade e os portugueses, que habitavam o interior, onde cultivavam a cana-de-açúcar (GESTEIRA, 2004: 12).

Construções até então impensadas para o Novo Mundo como o primeiro observatório astronômico e meteorológico da América, que ficava localizado em uma das duas torres que tinha seu palácio, a administração nassoviana, contribuiu para a evolução urbana e cultural do Recife. Junto de Nassau, vieram vários escritores, pintores e arquitetos que representaram em obras todo o esplendor do Recife. O avanço de Nassau em seu tempo, o fez pensar até mesmo *“na fundação de uma universidade, que seria freqüentada tanto pelos holandeses protestantes como pelos portugueses católicos, projeto que, todavia nunca foi além do papel”* (BOXER, 1961: 158). O conde andava tão empolgado com a construção de sua cidade, que *“ele mesmo com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas e endireitando as ruas para ficar a povoação mais vistosa”* (BOXER, 1961: 162).

O Recife ganhava nos ares, novas ruas e crescia, porém não haviam pessoas para acompanhar este crescimento, e em uma das cartas enviadas ao Conselho dos XIX na Holanda, dizia Nassau, acerca da necessidade de colonos, tanto para o Recife, quanto para as vastas regiões produtivas, porém desocupadas do Brasil Holandês: *“o solo não necessitava senão de habitantes e clama por colonos que povoem e cultivem estas solidões. Escrevi aos Heeren XIX pedindo que nos mandem refugiados alemães que tenham sido tangidos de sua pátria e privados de seus bens”* (BOXER, 1961:101).

Com a chegada de novos colonos, como respeitáveis homens de negócios, empresários e comerciantes, era de se esperar também que viessem juntos os ladrões e as pessoas que agiam de má fé. Isso fez com que Nassau, se preocupasse com a segurança e o bem estar dos colonos, tanto os portugueses católicos, quanto os holandeses protestantes. *“A preocupação precípua de João Maurício era a manutenção da disciplina e da ordem na colônia; juízes e outros funcionários do governo foram advertidos a cumprir seus deveres conscienciosamente”* (WIZNITZER, 1966: 54).

João Maurício de Nassau, um fervoroso protestante, trabalhou para implementar o Calvinismo no Brasil Holandês, mas para seu desapontamento, era maior o número de protestantes que se convertiam ao catolicismo do que o contrário. Os judeus também tiveram no governo de Nassau, uma tácita liberdade religiosa. Essa atitude de Nassau, em relação à religião e a liberdade de culto, é uma forma de atuação do Estado para com a sociedade, como nos diz Thomas Hobbes:

A teoria de Hobbes, que defendia o Estado como uma criação dos indivíduos para controlar os impulsos naturais e egoístas de cada um e possibilitar a vida em sociedade. Nessa perspectiva, o Estado de Hobbes seria uma ferramenta de controle social, no qual para obter os benefícios da sociedade, o indivíduo abdicava de seus direitos e se submetia ao controle de um soberano, que em troca fazia concessões a esse indivíduo (SILVA, 2006: 116).

Entre outras medidas, o Conde de Nassau:

nomeou ministros reformados para todas as regiões ocupadas e combinou com eles o tratamento a ser dispensado a índios, católicos e judeus, o qual deveria levar em conta as diferenças individuais”. (WIZNITZER, 1966: 54). “Pode se afirmar que durante os anos de governo de João Maurício a liberdade religiosa de que gozava o Brasil neerlandês era maior do que a existente em qualquer parte do mundo ocidental (BOXER, 1961: 174).

No campo econômico, várias medidas foram tomadas para que a produção do açúcar, motivo principal para a ocupação holandesa em Pernambuco, voltasse a ser tão imponente quanto antes da guerra de ocupação, que praticamente paralisou a produção açucareira. Nassau confiscou e vendeu em leilão as plantações de cana e os engenhos abandonados por seus proprietários, que fugiam com o avanço holandês por receio do que poderia lhes acontecer ou por lealdade a Coroa Portuguesa. Para os que resolveram ficar, *“reduziu os impostos e concedeu com liberdade créditos aos lavradores, no intuito de ajudá-los na reconstrução de seus engenhos e na compra de escravos de Angola”* (BOXER, 1961: 160). Essas concessões foram extensivas aos novos proprietários, e a fabricação do “doce”, o mais importante produto da colônia, voltou a florescer. Preocupado com a utilização das terras apenas para a plantação de cana, Nassau incentivou o cultivo de outros gêneros alimentícios e a criação de gado³. Através da utilização de seu Jardim Botânico, fazia experimentos com novas espécies trazidas da metrópole e de outros lugares, e sua possível adaptação na colônia:

o Jardim, como vimos, servia tanto como local de adaptação das plantas, quanto para o estudo das melhores formas de cultivo de uma determinada espécie. Nos limites do Jardim do Conde, contudo, pode-se especular que a tentativa de introduzir espécies era feita de forma apenas experimental, ou seja, plantava-se a semente diretamente na terra, sem colocá-la em estufas ou sem utilizar qualquer outro artifício. Procurava-se apenas estabelecer quais plantas poderiam ser cultivadas na região (GESTEIRA, 2004: 14).

Além do mais, foi durante a administração de Nassau que se implementaram novas técnicas e métodos de cultivo da cana, trazidos das Antilhas, no Caribe, *“que tinham trazido grande impulso ao desenvolvimento econômico das possessões inglesas e francesas no Mar das Antilhas”* (BOXER, 1961: 161).

O comércio era monopólio da Companhia das Índias Ocidentais⁴, mas graças aos esforços de Nassau, este foi estendido *“a todos os habitantes das Províncias Unidas que fossem acionistas da Companhia das Índias Ocidentais. A Companhia manteve o seu monopólio somente no tráfico de escravos, de armas, munições e pau-de-tinta”* (WIZNITZER, 1966: 65).

³ *“Foi João Maurício verdadeiramente um precursor na luta contra os efeitos da monocultura no Nordeste. Voltados apenas para os lucros da cana-de-açúcar, os senhores de engenhos e lavradores de canaviais não animavam seus escravos a plantar roças de mandioca – que era o “pão do país”* (HOLANDA, 2000: 268).

⁴ Podemos conceituar Mercantilismo a partir desta afirmativa, pois *“esse termo compreende um conjunto de idéias e práticas econômicas dos Estados da Europa ocidental entre os séculos XV e XVIII voltadas para o comércio principalmente, e baseadas no controle da economia pelo Estado”* (SILVA, 2006: 283), que no caso holandês o Estado intervinha na economia através das Companhias de Comércio.

Já instalado na Ilha de Antônio Vaz (ou Maurícia), Nassau viu a necessidade de interligar a ilha com o continente, e para isso seria necessária a construção de uma ponte. “Em fevereiro, 1641, João Maurício comissionou o empreiteiro, Baltasar da Fonseca, “homem que já desempenhava atividades semelhantes” a construir a ponte sobre o Rio Beberibe, que deveria ligar Maurícia a Recife”. (WIZNITZER, 1966: 66). O que levou o Conde a optar pela construção da ponte, além do fato de poder ela dar acesso da ilha para o continente, incentivando assim o comércio entre Maurícia e Recife, mas também porque através disso, Olinda se tornaria mais isolada:

o que determinou a construção destas pontes foi o seguinte: sob o domínio do rei de Espanha, governando o Brasil Albuquerque, discutiu-se muitas vezes se convinha abandonar-se Olinda, distante do porto e do acesso ao mar, transferindo-se os seus moradores para o Recife e para a ilha de Antônio Vaz. Para este fim, seria de grande vantagem unir-se a ilha ao Recife, por se julgarem estes lugares inexpugnáveis por causa dos rios que os cercam e da vizinhança do oceano (BARLEU, 2005: 181).

Outra razão que induziu a ligação entre a ilha e o Recife está expressa em:

e para isso aconselhou a ligação da ilha ao Recife por meio de uma ponte, facilitando o transporte do açúcar para a ilha, pois este só se podia fazer durante o refluxo da maré e não sem dano, porque amiúde eram os carregamentos atingidos pela água e pelos respingos das ondas. Além disso, a passagem mediante barcos era perigosa, tendo eles mais de uma vez soçobrado, já pelo peso e excesso das cargas, já pelo açoite dos ventos (BARLEU, 2005: 182).

Não satisfeito com a construção de uma ponte, ao final da construção da ponte sobre o rio Beberibe, mandou que se fizesse outra, ligando Maurícia ao continente. Uma curiosidade sobre as pontes de Nassau eram que, “devido à mescla de estruturas de pedra e madeira, trazia as armas das Casas de Orange e Nassau” (WIZNITZER, 1966: 66). Outro fator curioso para as duas pontes que ligavam a ilha de Antonio Vaz ao continente era referente à divisão que sofriam as “duas pontes, aquela mais para uso seu e esta para utilidade pública” (PONTUAL, 2002: 7). Para se passar pela ponte, era cobrado um pedágio de 28.000 florins anuais.

A cidade do Recife já era outra em comparação antes da chegada dos holandeses em Pernambuco. Sua modificação era muito visível, tanto no aspecto estético (construções e traçados de novas ruas), que a faziam uma cidade diferente das demais cidades da América Portuguesa, que seguiam um modelo luso, quanto no aspecto social, pois a cidade

vivia uma intensa mistura de raças, desde holandeses e portugueses passando por escravos, índios e judeus, a tornando uma cidade cosmopolita para os padrões da época.

Politicamente, João Maurício sempre tentou manter a ordem e a disciplina, para que assim pudesse governar e administrar a colônia sem maiores problemas. Visto como um homem a frente de seu tempo, conseguiu Nassau que os holandeses reorganizassem as comunidades do Brasil, para que correspondessem às da Holanda. “*O Conselho de Justiça escolhia os eleitores, que por sua vez preparavam as listas dos homens elegíveis que pudessem servir como membros de outros conselhos*” (WIZNITZER, 1966:66).

Partindo do princípio de que “*segundo Hobbes, O único caminho para erigir semelhante poder comum, é conferir todo o seu poder e fortaleza a um homem ou a uma assembléia de homens, todos os quais, por pluralidade de votos, possam reduzir suas vontades a uma vontade*” (MARQUES, 1989: 61), Maurício de Nassau, convocou no Recife, a primeira Assembléia Legislativa do Brasil (e da América), que era composta por moradores eleitos representantes das capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, a qual funcionou entre 27 de agosto e 4 de setembro de 1640:

o parlamento foi convocado para tratar de assuntos relativos ao bem geral e à administração do Estado. Todos os deputados assinaram uma petição ao Supremo Conselho, no qual louvavam a bondade e a justiça de João Maurício, e requeriam que, expirados os cinco anos do contrato, o prazo de sua gestão como governador do Brasil-Holandês fosse prorrogado por cinco anos adicionais. Parece que a formulação dessa petição foi o principal motivo de convocar-se o Parlamento (WIZNITZER, 1966: 70).

A admiração tanto dos holandeses quanto dos portugueses a João Maurício de Nassau era visível, tanto que ele recebera títulos de honrarias portuguesas mesmo sendo um holandês protestante:

o Senado da Câmara de Pernambuco, por ser o primeiro dentre todas as câmaras das províncias, na dignidade, população, poder e comércio, conferiu solenemente a Nassau o título de Patrono, pela singular proteção por ele dispensada ao Brasil e à gente portuguesa, pelo apreço que mostrava àquela corporação e aos cidadãos, pela sua honrosa atuação na paz e na guerra e pelo fulgidíssimo nome da casa de Nassau. Significavam com tal título que reconheciam o governador por Pai, Defensor e Salvador da Pátria, por cujo patrocínio eram garantidos, tanto no Brasil como na Holanda, os interesses e bens deles (BARLÉU, 2005: 190).

Após todos estes anos de serviços prestados ao Conselho dos Heeren XIX, como governador e administrador geral do Brasil Holandês, chegara ao fim o contrato de Nassau,

e este deveria retornar a Holanda. Porém, Nassau mandou a Europa seu secretário particular, Tollner para que este prestasse esclarecimentos sobre a administração nassoviana. Junto a isso, verificamos a popularidade de Nassau no Brasil:

durante as suas negociações com as autoridades da Holanda, Tollner exibiu sete cartas escritas a João Maurício pelas comunidades de Maurícia, Serinhaém, Porto Calvo, Iguaraçu, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, todas assinadas pelos escabinos ou cidadãos de boa reputação. Nessas cartas a personalidade e os métodos de administração de João Maurício eram louvados calorosamente (WIZNITZER, 1966: 76).

O Conselho dos XIX prorrogou a permanência do Conde, no governo do Brasil Holandês, até que uma mudança no cenário internacional nos fins de 1640 iria dar significado no futuro destino do Brasil-Holandês e de João Maurício de Nassau. Portugal, até então pertencente à União Ibérica, se tornou novamente um reino independente, e o Brasil-Português e as colônias portuguesas da África imediatamente reconheceram o Rei D. João IV por aclamação. Criou-se então uma situação peculiar:

a Holanda tornou-se aliada de Portugal contra a Espanha, mas ao mesmo tempo, continuava a ocupar as colônias portuguesas no Brasil e na costa ocidental da África. Portugal enviou um embaixador a Haia, onde, a 12 de junho de 1641, foi assinada uma trégua de dez anos, e uma aliança defensiva e ofensiva contra a Espanha. D. João IV ratificou o acordo a 18 de novembro de 1641, mas decorreu algum tempo antes que João Maurício recebesse a notificação oficial (WIZNITZER, 1966: 71).

Sem saber da trégua entre Holanda e Portugal, Maurício de Nassau continuou a sua expansão pelo nordeste do Brasil, e em operações rápidas ocupou as capitanias de Sergipe, entre Pernambuco e a Bahia (com quem estava negociando uma trégua) e também avançou rumo ao norte, onde o governador da capitania do Ceará, ciente da trégua foi pego de surpresa e avançando mais ao norte, o Maranhão passava para o controle do Brasil Holandês. Afora estes dois territórios conquistados, Nassau equipou uma expedição com destino à África, que chegou a Luanda em agosto de 1641, capturando esse centro do tráfico de escravo aos portugueses. Em outubro do mesmo ano, foi conquistada a ilha de São Tomé, na costa da África. Todas essas atitudes tomadas por Nassau, fez apenas enfurecer os portugueses que começavam a traçar um plano para a destruição e a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Após todos estes episódios, o Conde novamente pede a Haia a sua demissão do cargo:

quando já estava o governo do Brasil organizado com ótimas leis, Nassau, cuja governança devia durar um quinquênio, pediu de novo a sua exoneração. Já o fizera antes, esperando ocasiões de prestar na Holanda maiores serviços à República. Os Estados-Gerais e o Conselho dos Dezenove, porém, negaram várias vezes a demissão pedida, porque Nassau, tornando conhecido o seu nome através do Brasil e das nações vizinhas, já era poderoso e inspirava terror aos estrangeiros, amor aos súditos e admiração a todos (BARLÉU, 2005: 275).

E finalmente a consegue, após vários pedidos. As Províncias Unidas pedem seu retorno e Nassau resolve voltar na primavera de 1644. Os conselheiros do Brasil insistem na permanência dele. Em maio de 1644 João Maurício de Nassau, embarcou para a Holanda, mas seu retorno a Europa, não passou despercebido:

sua partida não passou despercebida, nem foi pouco lamentada, causando impressão as aclamações por ele recebidas quando partiu a cavalo de Recife para a Paraíba, a fim de tomar o navio. Acompanhado por uma centena de cavaleiros, encontrou a estrada atulhada de gente de todas as raças, classes e condições, que tinha ido testemunhar-lhe o pesar causado pela sua partida. Os ricos e poderosos procuravam aperta-lhe a mão, os pobres e humildes tocar na aba de seu paletó (BOXER, 1961: 219).

Deixou a seus sucessores um documento, dando conselhos sobre a administração do Brasil, documento este que foi considerado seu testamento político. Após sua partida, não restavam dúvidas que o fim do Brasil Holandês estava próximo. Revoltas eclodiram no Maranhão e nas regiões conquistadas na África (São Tomé e Luanda). Os portugueses que leais a coroa lusa, viram a chance de Pernambuco retornar ao poder português, e rebeliões não tardaram a acontecer. Todo o esplendor que Recife vivera no período em que Maurício de Nassau a governou estava certo que cairia em ruína.

o Recife holandês teve uma duração efêmera. Com a intensificação das guerras que resultaram na expulsão dos neerlandeses, muitos lugares foram arruinados a partir de 1645. A destruição assumiu formas diversas: alguns prédios foram demolidos para a reutilização do material em outras construções, como por exemplo, as fortificações improvisadas pelos moradores do Recife holandês, outros apenas readaptados para atender a situação de guerra (GESTEIRA, 2004: 15).

Durante todo o período da ascensão do Recife como uma das mais importantes cidades do Brasil, a cidade foi palco de grandes obras que a transformaram:

grandes empreendimentos urbanísticos constituíram, também, a cidade Maurícia, como o sistema de canais, o jardim botânico, a ponte de ligação com a ilha do

Recife e outra de comunicação com o continente, o palácio da Boa Vista e o museu. A construção dessa cidade propiciou, então, a formação de outras significações para o Recife. Palácios, pontes, parques, museus, sistemas de canais vêm substituir a dominância das palavras associadas às defesas e conquistas militares, indicando um deslocamento das representações relativas ao desbravamento e domesticação de uma natureza exótica para um ambiente laico e mundano. O Recife passou a ter o sentido de 'cidade da liberdade' (PONTUAL, 2002: 7).

Concluindo, o fim do Recife holandês tinha começado. Não a destruição da cidade, mas a necessidade de se adaptá-la a esfera administrativa portuguesa, fez com que se perdesse a identidade da cidade nassoviana, pois a cidade construída e idealizada por Nassau agora estava novamente em mãos portuguesas. Após o retorno da capitania de Pernambuco ao Brasil colonial português, muitas das construções e obras feitas no governo de Nassau, foram demolidas e destruídas e deram lugar a novas construções, apagando assim toda uma história feita no período em que os holandeses ocuparam o Recife. Durante o governo de Maurício de Nassau, o Recife experimentou seu apogeu enquanto cidade colonial, ascendendo como importante centro urbano, comercial e cultural, marcando de vez sua presença como uma das mais importantes cidades do Brasil. Na administração nassoviana absorveu características que a fizeram única em toda a América, e seus habitantes, reconheceram e souberam da importância que teve Nassau na história do Recife, como o grande administrador que deu vida a um sonho de se fazer uma cidade, o sonho que fez do Recife, capital do Brasil Holandês.

Referências Bibliográficas

BARLEU, Gaspar. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*. Brasília: Senado Federal, 2005.

BOXER, C. R. *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. São Paulo: Nacional, 1961.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./ jun. 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: do descobrimento a expansão territorial*; tomo I. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MARQUES, A. M.; BERUTTI, F. C.; FARIA, R. M. *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1989.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Vol. 21, nº 42, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, 1966.

Recebido em: 29/08/2009

Aprovado em: 22/04/2010